

Dívida pública

CONTAS PÚBLICAS

Parente nega descumprimento a corte definido no ajuste fiscal

Ministro interino afirma não haver estouro nos gastos com custeio e investimento

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, negou ontem que o governo esteja descumprindo as metas de corte de despesas de custeio e investimento previstas no pacote de ajuste fiscal, editado em novembro pelo governo. Ele afirmou que o corte de 15% determinado pelo pacote foi feito sobre uma programação inicial de gastos para este ano e não sobre as despesas realizadas em 1997.

Parente não quis, porém, aprofundar-se nas explicações sobre por que os gastos de custeio e investimento de janeiro de 98 apresentaram crescimento de 19,1% comparado com o mesmo mês de 1997. Parente informou que o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amauri Bier, está fazendo um estudo sobre as despesas neste início de ano para demonstrar que o pacote está sendo cumprido.

“Não identificamos esse estouro de despesas que vocês mencionaram”, afirmou, numa referência à reportagem publicada ontem pelo **Estado**, em que o economista Raul Velloso levanta a pos-

sibilidade de as despesas federais estarem crescendo acima do desejado. Velloso disse que o pacote estaria funcionando só pelo lado das receitas, pois as despesas estão crescendo muito em relação ao ano passado.

O economista usou dados divulgados pelo próprio governo. O boletim *Resultado do Tesouro Nacional* de janeiro mostra que, em comparação com janeiro de 97, os gastos com custeio e investimento cresceram 19,1%, enquanto o pagamento de benefícios da Previdência Social cresceu 28,8% e os gastos com salário, 17,2%.

Ao divulgar o pacote, em novembro, o governo informou apenas que haveria uma “redução de 15% dos gastos em atividades em 1998, com exceção das áreas de saúde, educação, assistência social e reforma agrária”, sem especificar em relação a que seria feito esse corte.

Parente disse que o corte de 15% não era para ser feito sobre os gastos de 97, mas

sobre uma previsão inicial de despesas constante do decreto de programação financeira para 1998, que, na época, ainda não tinha sido editado. Ele afirmou também que o corte atingiria somente as despesas de custeio e investimento. Não estavam previstas reduções de despesas com pessoal, nem com aposentadorias e pensões, de acordo com o ministro interino.

REDUÇÃO DE
15% FOI
DETERMINADA
PARA ESTE ANO

Refinanciada dívida de R\$ 4,9 bi do RS

BRASÍLIA – O governo federal refinanciou ontem R\$ 9,4 bilhões da dívida mobiliária do Rio Grande do Sul. O contrato foi assinado pelo governador do Estado, Antônio Britto, e pelo ministro interino da Fazenda, Pedro Parente. Embora o Tesouro Nacional tenha assumido dívidas gaúchas no valor de R\$ 9,4 bilhões, o Estado ficará devendo R\$ 7,7 bilhões. O subsídio de R\$ 1,7 bilhão corresponde à diferença da taxa de juros original da dívida e da taxa a ser cobrada do Estado, que é a variação do Índice Geral de Preços (IGP), mais 6% ao ano.

A dívida foi refinanciada pelo prazo de 30 anos. A exemplo do que ocorreu com os demais Estados, o Rio Grande do Sul deverá quitar, à vista, 20% do débito. Serão pagos ao Tesouro Nacional, até novembro, R\$ 1,15 bilhão em ações das companhias elétricas estaduais.

Dois ministros gaúchos – o dos Transportes, Eliseu Padilha, e o da Agricultura, Francisco Turra – estiveram na cerimônia de assinatura do contrato. Britto pediu a ajuda dos ministros para conseguir novas dotações do Orçamento federal para o Estado, “para pagar parcelas da dívida mobiliária”. (L.A.O.)